

AS RELAÇÕES ENTRE PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO: UMA DISCUSSÃO NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SC

THE RELATIONSHIP BETWEEN PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECTS AND EDUCATIONAL INCLUSION POLICIES: A DISCUSSION WITHIN THE MUNICIPAL NETWORK OF FLORIANÓPOLIS/SC

Mariane Prim

Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3622818636707920>

Raquel Fröhlich

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1874372671063115>
Email: raquel.frohlich@udesc.br

Jonas Bento de Godoi

Mestre em Educação pelo PPGE – FAED/UDESC
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0744064672984652>
E-mail: jonas.godoi@muz.ifsuldeminas.edu.br

Resumo: Este artigo teve como objetivo compreender a relação entre as Políticas Educacionais Inclusivas e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de três escolas regulares inclusivas da rede municipal de Florianópolis/SC. Para isso, foi analisada a forma como a Educação Inclusiva (EI) e a Educação Especial (EE) são abordadas em seus Projetos Político e Pedagógico/PPPs. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental. Concluiu-se que as instituições de ensino analisadas tratam de forma superficial as questões de EE e EI em seus documentos, apontando as duas abordagens como sinônimos. Essas conclusões podem contribuir para a implementação de políticas de inclusão nas escolas da Rede Municipal de Florianópolis/SC, além de auxiliar na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Políticas Públicas Educacionais Inclusivas, Projeto Político Pedagógico.

Abstract: This article aimed to understand the relationship between Inclusive Educational Policies and the Pedagogical Political Project (PPP) of three inclusive regular schools in the municipal network of Florianópolis/SC. To achieve this, the study analyzed how Inclusive Education (IE) and Special Education (SE) are addressed in their PPPs. Methodologically, it is a descriptive, bibliographic, and documentary research. The study concluded that the schools analyzed address IE and SE superficially in their documents, often treating both approaches as synonyms. These findings can contribute to the implementation of inclusion policies in schools within the municipal network of Florianópolis/SC, as well as assist in promoting a more inclusive and equitable education.

Keywords: Inclusive Education; Special Education; Inclusive Educational Public Policies; Pedagogical Political Project.

Introdução

A Educação Inclusiva (EI) garante que todos os estudantes acessem e permaneçam no sistema de educação, independentemente de suas características físicas, sociais, culturais, cognitivas ou emocionais. Por isso, ela deve ser pautada na valorização da diversidade e no reconhecimento das diferenças individuais como a essência para o desenvolvimento coletivo. Para tanto, é primordial que haja políticas educacionais inclusivas que assegurem a inclusão de todas as pessoas na sociedade, inclusive na escola, visando um espaço democrático e diverso.

Contudo, mesmo com essas políticas, a inclusão escolar não deve ser vista apenas como um cumprimento legal, mas como direito de todos os estudantes, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) mostra-se como um documento importante. Ele deve estar alinhado com as políticas educacionais inclusivas, a fim de possibilitar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades e habilidades conforme suas peculiaridades, considerando o contexto social e cultural ao qual estão inseridos. É um instrumento que organiza e define ações específicas, na eminência de garantir a inclusão de todos os discentes, inclusive àqueles com deficiência.

Apesar de o PPP ser um documento fundamental para a escola garantir uma EI de qualidade para todos, em sua maioria, abordam aspectos sobre a inclusão de forma superficial. Deveriam estruturar um viés de planejamento e de gestão baseados no desenvolvimento de uma sociedade equitativa. Ultimamente, os desafios nas escolas regulares inclusivas e na educação de um modo geral têm sido complexos.

Em consonância a isso, o objetivo geral desta pesquisa buscou compreender a relação entre as Políticas Educacionais Inclusivas e o PPP de três escolas regulares inclusivas da rede municipal de Florianópolis/SC. Como inquirição, considerou-se a seguinte questão: “quais as relações entre as Políticas Educacionais Inclusivas e os Projetos Político Pedagógico/PPPs dessas escolas?”. Dispôs-se de objetivos específicos basilares para a arguição destes questionamentos: (i) indicar as principais legislações que versam sobre EI e EE; (ii) analisar os PPPs de três escolas regulares inclusivas da rede municipal de Florianópolis/SC, quanto ao conceito da escola C; (iii) discutir a maneira que a EI e a EE são abordadas em seus PPPs.

Retrata-se neste estudo a importância das discussões sobre os principais aspectos que permeiam a EI, a fim de objetivar um desempenho escolar exitoso aos estudantes com deficiência. A inclusão nas escolas regulares é um fator crucial para o desenvolvimento pessoal e educacional desses discentes.

Portanto, a inquirição central buscou estabelecer relações entre as Políticas Públicas Educacionais Inclusivas com a construção dos PPPs, uma vez que o nexo de um com o outro é intrínseco.

Os “Nós” da Relação entre Educação Inclusiva e Educação Especial

O paradigma de inclusão está diretamente relacionado à eliminação de barreiras, sejam elas estruturais, físicas, sociais ou simbólicas. Porque, a inclusão é uma prática social que precisa ser aplicada em várias áreas, como a arquitetura, o lazer, o trabalho, a educação, a cultura. O mais importante é a forma de agir, pensar e encarar a vida em sociedade, com uma postura social que inclui o viver em sociedade coletivamente, pensando em si e no outro. Com isso, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabeleceu objetivos que se destinaram construir uma sociedade inclusiva em todos os âmbitos e que a sociedade não necessitaria mais ser “adaptada”, pois todos os recursos seriam construídos englobando a ideia real de ser humano, ou seja, seres humanos homogêneos como espécie, mas heterogêneos em suas características individuais, como financeira, física, social, de gênero, de etnia, etc. Assim como bem pontua, de forma poética, Mantoan (2004, p.7) “[...] há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente, [...] é preciso que tenhamos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza”.

Ademais, o paradigma de inclusão na perspectiva da EI, refere-se à garantia do acesso e participação de todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, sociais, culturais, cognitivas ou emocionais. Trata-se de uma abordagem que busca eliminar os entraves que impedem a plena inclusão dos estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem, condições de saúde específicas, etc.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 1).

Contraditoriamente é necessário tomar medidas inclusivas, pois a educação geral regular, apesar de reconhecer os estudantes como seres humanos, com características e necessidades heterogêneas, ainda mantém um sistema de ensino e práticas pedagógicas excludentes que formam esses sujeitos de forma homogeneizada e padronizada, desconsiderando suas diferenças.

A EI promove práticas pedagógicas acessíveis, flexíveis e adaptativas, com o objetivo de atender às necessidades de todos os estudantes. Isso pode envolver estratégias de ensino diferenciadas, materiais didáticos adaptados, apoio individualizado, tecnologias assistivas e o envolvimento de professores do AEE, quando necessário. A EI valoriza a diversidade e promove a convivência entre estudantes com diferentes habilidades e características, busca criar um ambiente de respeito, empatia e igualdade, em que todos se sintam acolhidos e valorizados.

A EI vai além da simples presença de estudantes das mais diversas características em classes comuns. Ela implica em transformar as práticas educativas, as políticas e a cultura escolar, para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizagem e participação. Isso requer um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar, incluindo diretores, professores, funcionários, pais e estudantes. Em suma, a EI é um paradigma educacional que busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e necessidades individuais.

Como pontuado brevemente, o paradigma de inclusão e EI, chegamos a um aspecto importante da discussão: A Educação Especial,

[...] é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p. 7).

Dedica-se em atender às necessidades de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ela auxilia nos processos de inclusão escolar, proporcionando oportunidades iguais de aprendizado para os estudantes que fazem parte do público-alvo da EE, independentemente das suas capacidades e/ou limitações, pois

[...] obedece aos mesmos princípios da educação geral, deve se iniciar no momento em que se identificam atrasos ou alterações no desenvolvimento global da criança, e continuar ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e lhe oferecendo todos os meios para desenvolvê-la ao máximo (Brasil, 1994, p. 37).

A principal finalidade desta modalidade é promover o desenvolvimento integral desses estudantes público-alvo da EE, considerando suas características individuais, potencialidades e desafios

[...] na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (Brasil, 2001, p. 28).

Ela abrange várias deficiências e peculiaridades na aprendizagem, como deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos do espectro autista, dificuldades de comunicação, entre outras. Cada estudante é único, e por isso, é fundamental que os profissionais da EE, os profissionais da saúde, como neurologistas, psicopedagogos, médicos especialistas, etc., auxiliem na avaliação cuidadosa e individualizada para identificar as necessidades específicas de cada estudante.

Para compreender de que forma a relação entre a EI e a EE auxiliam para a efetivação de uma educação regular mais justa e igualitária, pautada no direito da educação para todos e também nos objetivos da LBI, citaremos alguns pontos e contrapontos que surgem a partir da relação entre estes dois conceitos (EI e EE).

É sabido que, os conceitos de EI e EE são interpretados como sinônimos por algumas instituições de ensino, porque uma tem relação com a outra, ou seja, possuem o objetivo de proporcionar e efetivar uma educação mais justa e igualitária. Embora, ambas as abordagens busquem promover a igualdade de oportunidades e a participação plena dos estudantes com deficiência no sistema educacional comum, existem diferenças fundamentais entre elas. Com isso, devemos nos questionar: quem é o público-alvo da EI, afinal? E a resposta é simples: todos!

A EI garante o acesso e a permanência de todos os estudantes, sem distinção. Dito isso, outro questionamento vem à tona: Qual é o objetivo da EE, afinal? A resposta nos incube a uma discussão mais intensa. Isso porque, os estudantes público-alvo da EI tem uma relação dual com os dois conceitos.

As sobreposições entre os conceitos residem em um objetivo comum: garantir a participação e o sucesso de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais. Embora a EI busque a inclusão de todos os estudantes em escolas regulares, a EE concentra-se nas necessidades específicas desses sujeitos, fornecendo suportes e acessibilidade curricular. É essencial distinguir esses dois conceitos, pois a inclusão não se limita apenas à presença física dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas envolve uma mudança fundamental como concebe-se e organiza-se o sistema educacional para atender às necessidades de todos os estudantes.

Na próxima seção, abordaremos questões que tratam sobre o PPP e suas contribuições no processo de inclusão escolar.

O PPP e a Organização Escolar

O PPP é o documento que orienta a gestão e as práticas educativas de uma instituição de ensino, definindo seus objetivos, metas e estratégias de atuação. Sua importância é fundamental, pois serve como base para a tomada de decisões e para a organização do trabalho pedagógico.

O PPP é um instrumento de organização coletiva que reflete a singularidade de cada escola, demarcando no projeto a identidade de onde está inserida. Com isso, este deve ser um documento público, disponível para consulta de toda a comunidade escolar e da sociedade em geral.

De acordo com a Lei nº 9.394/96, a nomenclatura legalmente instituída é Projeto Pedagógico, porém, muitas instituições de ensino e profissionais da área adotaram tal nomenclatura, muito popularizada, Projeto Político-Pedagógico (PPP), por tratar-se de um documento político, que enfatiza o movimento de escrita e reescrita, bem como toda a reflexão da práxis pedagógica. Isso porque a instituição escolar demonstra, a partir dele, o anseio e o compromisso político de fomentar a participação da comunidade escolar, para conscientizar os envolvidos e situar as ações necessárias para estabelecer as intenções e metas a serem atingidas.

A importância do PPP está relacionada à construção coletiva do projeto educativo da escola. Ele envolve toda a comunidade escolar, como gestores, professores, alunos, pais, funcionários e membros da comunidade local. O projeto

[...] busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (Veiga, 2002, p. 38).

Ao estabelecer as diretrizes e os princípios pedagógicos, o PPP proporciona uma visão cognoscível e consistente da proposta educacional da escola, e permite que todos os envolvidos no processo educativo compreendam o propósito e as metas a serem alcançadas, promovendo maior integração entre os diferentes setores. Além disso, o PPP serve como uma referência para avaliar e monitorar os resultados educacionais, possibilitando ajustes e melhorias ao longo do tempo. Outro aspecto relevante é que ele contribui para a formação integral dos estudantes, indo além do aspecto educacional, pois promove a valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos, a inclusão social, a formação cidadã e a construção de uma consciência crítica.

Na perspectiva legal, o PPP deve estar em conformidade com a legislação educacional vigente, garantindo a qualidade e a legalidade do processo educativo. No contexto brasileiro, a LDB/1996 é o principal referencial legal para a elaboração do PPP. Nos artigos 12, 13 e 14 da LDB/1996, são definidos os princípios e as finalidades do PPP, e estabelecidos os principais componentes constitutivos para sua elaboração, bem como as competências e responsabilidades das instituições de ensino. Dessa forma, deve estar alinhado às finalidades e aos princípios expressos na LDB/1996, como a formação integral dos estudantes, o respeito à diversidade, a promoção da igualdade de oportunidades, a valorização dos profissionais da educação, entre outros aspectos. Além da LDB/1996, outras legislações também devem ser consideradas, dependendo do nível e modalidade de ensino.

Dessa forma, o documento se torna um instrumento de gestão democrática, permitindo a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Portanto, podemos afirmar que o PPP é um documento que deve nortear todas as ações pedagógicas de cada instituição e se mantém em permanente discussão e reformulação, na busca de alternativas que possam viabilizar a melhoria da oferta, da qualidade de ensino e permanência dos estudantes.

O PPP e os Processos de Inclusão Escolar

No contexto da inclusão escolar, o PPP desempenha um papel crucial ao estabelecer diretrizes para a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade dentro do ambiente educacional. A inclusão escolar se baseia no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, sociais, culturais, cognitivas ou emocionais, devem ter acesso a uma educação de qualidade. Bem como,

o princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos (Yoshida, 2018, p. 5).

Para que o processo de inclusão seja efetivo, o PPP deve contemplar ações e estratégias que busquem acolher e que garantam a participação ativa e igualitária de todos os estudantes com ou sem deficiência. Isso implica em criar um ambiente acolhedor, que valorize e respeite as diferenças e ofereça suportes e recursos adequados para atender às necessidades específicas dos estudantes.

Na estrutura física, o PPP deve contemplar medidas que garantam a acessibilidade e a inclusão. Isso significa que a escola deve ser pensada de forma a permitir o livre acesso e a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas deficiências. Além disso, o PPP deve abordar a formação continuada dos docentes, para que estejam preparados para lidar com a diversidade da sala de aula. A capacitação docente é fundamental para que adotem práticas pedagógicas inclusivas, acessibilizando metodologias, materiais e avaliações de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes (Ferraresi, 2017, p. 10).

Além do PPP, é fundamental que as escolas contem com profissionais especializados para atender os estudantes com deficiência. Esses profissionais devem trabalhar em conjunto com os demais docentes para garantir que todos os estudantes tenham acesso às atividades escolares.

A escola deve contar com uma sala multimeios/multifuncional que é um espaço essencial em uma escola regular inclusiva. Deve conter no PPP todo o projeto desenvolvido nela, pois, trata-se de um ambiente equipado com recursos tecnológicos e materiais didáticos diversificados, visando atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes. Nessa sala, os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes ferramentas e tecnologias que ampliam suas possibilidades de interação e acesso ao conhecimento.

O PPP também deve contemplar a promoção de uma cultura de respeito à diversidade, estimulando a convivência pacífica, o diálogo e a valorização das diferenças entre os estudantes.

Por fim, a escola precisa assumir uma postura inclusiva e acolhedora, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, com o objetivo de garantir que todos tenham acesso a um ensino de qualidade. Para isso, é essencial que estejam organizadas e preparadas para atender as demandas da inclusão, já que ela é um desafio constante e exige o comprometimento de toda a comunidade escolar. Por isso, a importância de um PPP bem estruturado, uma equipe especializada e uma postura inclusiva.

Na próxima seção, apresentaremos a metodologia utilizada para realizar as análises críticas dos PPPs selecionados.

Metodologia

Segundo Chizzotti (1995, p.11), “[...] a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação do objeto de estudo.

Para a construção desta pesquisa, foram adotados dois procedimentos metodológicos necessários para obtermos respostas aos questionamentos, em função dos objetivos propostos inicialmente pelos pesquisadores, a saber, a pesquisa foi de natureza bibliográfica e de caráter documental.

A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta utilizada para a coleta e levantamento de dados,

possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994, *apud*, Lima, e Mioto, 2007, p. 40).

Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos outro procedimento metodológico de pesquisa: a documental. É um método muito utilizado em diversas áreas do conhecimento, pois o pesquisador deve estar munido de técnica no momento de analisar as diversas fontes de pesquisa que estão relacionadas ao tema ou problema de pesquisa. Após a seleção dessas fontes, é importante realizar a leitura e a análise crítica dos textos, buscando identificar as principais contribuições, limitações e contradições dos autores, bem como as conexões e divergências entre as diferentes teorias e conceitos abordados. De acordo com Gil (2002, p. 62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. A pesquisa documental

é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (Pádua 1997, p.62).

Em relação à documentação escolhida para realizar a análise, selecionamos três instituições localizadas no sul da ilha. Bairros: Rio Tavares, Campeche e Canto da Lagoa. É importante destacar que, de forma geral, os PPPs apresentam uma estrutura semelhante, com elementos constitutivos obrigatórios como contextualização da instituição de ensino, definição da identidade, objetivos educacionais, proposta curricular e gestão democrática. No entanto, a elaboração do PPP pode apresentar diferenças devido às particularidades de cada instituição e contexto, garantindo assim uma proposta pedagógica mais adequada e efetiva.

Na próxima seção, destacamos como os PPPs elencados apresentam os conceitos relacionados à EI e à EE.

Análise do PPP da Instituição de Ensino E.B.M. João Francisco Garcez

A instituição de ensino E.B.M. João Francisco Garcez está localizada no bairro Canto da Lagoa, entre os bairros Rio Tavares e Porto da Lagoa. Atualmente conta com 2 salas de aulas (informatizadas), com biblioteca, brinquedoteca, secretaria, cozinha, depósito, 2 banheiros - sendo 1 deles adaptado e destinado aos estudantes e 1 deles destinado aos professores e funcionários, hall de entrada, sala para armazenar os materiais utilizados nas aulas de Educação Física, e no pátio encontram-se: 1 quadra de esportes e 1 parquinho infantil. Conta com 3 professoras pedagogas, 2 auxiliares de classe, 1 professor de Educação Física, 1 professor de dança, 1 professora auxiliar de Tecnologia Educacional, 1 professor substituto formado em Letras, 1 professora pedagoga que atende no Projeto de Apoio Pedagógico, 1 orientador educacional, 2 secretárias (professoras readaptadas), 1 diretora e 3 profissionais terceirizados (1 merendeira e 2 auxiliares de serviços gerais).

A partir da caracterização da escola, conseguimos entender e interpretar melhor os dados analisados a partir do PPP da instituição, intitulado “Projeto Político Pedagógico: uma perspectiva política, democrática e educacional”, que teve sua última atualização no início do ano letivo de 2022. Ao analisar o PPP a partir de uma visão geral da proposta pedagógica, podemos afirmar que a escola tem um compromisso com a formação integral de todos os estudantes e se preocupa com o acesso e a permanência, como pontua “a democratização do acesso significa garantir a permanência das crianças, jovens e adultos na escola, criando novas formas de organização do trabalho didático, evitando a evasão” (PPP, E.B.M. João Francisco Garcez, p. 40).

No aspecto da EI, a escola traz o conceito de diversidade cultural, porém faz uma diferenciação conceitual importante em relação a essas duas questões. Descreve diversidade no âmbito da cultura brasileira em geral e pontua brevemente sobre o conceito de EI:

Consideramos a Diversidade Cultural, um rico conjunto de características heterogêneas de nossa sociedade (línguas, vestuários, tradições, costumes, manifestações artísticas, etc.) constitutivo de nossa identidade nacional. Esse traço intrínseco à cultura brasileira é, para nós, o fundamento para o respeito às diferenças individuais e socioculturais e às culturas locais; para a manutenção dos direitos civis, da democracia cultural e da legitimação da igualdade de direitos das minorias. Logo, partimos do pressuposto de que a prática de uma educação inclusiva fundamenta-se na igualdade de possibilidades e na valorização das diferenças (PPP, E.B.M. João Francisco Garcez, p. 41).

Pontuando as características culturais gerais e pontuando brevemente sobre a EI como uma maneira de respeitar as diferenças, sem mencioná-las de forma mais abrangente. Sabemos que a educação na perspectiva inclusiva busca valorizar sim as diferenças culturais e individuais, porém vão muito além, buscando práticas que eliminem as barreiras que impedem a plena inclusão dos estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem e qualquer outra forma de diversidade.

O PPP da referida escola não aborda questões sobre a EE. Essa discussão somente é apresentada no Regimento Escolar. Por isso, trouxemos aqui o trecho específico do regimento escolar onde aponta, no artigo nº 13, as atribuições do professor do AEE:

Compete ao Professor Auxiliar de Educação Especial: • Atuar no serviço de apoio que consiste em realizar atividades de locomoção, cuidados pessoais e alimentação dos estudantes com deficiência em articulação com as atividades escolares, contribuindo para a participação desses estudantes com os demais colegas; • Auxiliar o estudante com transtorno do espectro autista na organização de suas atividades escolares; • Auxiliar os estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista na resolução de tarefas funcionais, ampliando suas habilidades em busca de uma vida independente e autônoma; • Conduzir o estudante, juntamente com o professor de Educação Física e a turma, para as aulas de Educação Física de modo a envolvê-lo nas atividades coletivas; • Trabalhar em parceria e de forma articulada com o professor de sala de aula e professor da sala multimeios, sem que assuma atividades de Escolarização ou de Atendimento Educacional Especializado; • Elaborar relatórios sobre o estudante que acompanha, anexando-os às pastas dos estudantes arquivadas nas salas multimeios; • Assumir uma postura ética e respeitosa com os estudantes, pais e os demais profissionais da comunidade escolar; • Participar dos momentos coletivos de organização do trabalho pedagógico da unidade educativa, tais como: reuniões pedagógicas, colegiado de classe, planejamento, grupos de estudos, entre outros. • No desempenho de suas funções, o Professor Auxiliar de Educação Especial poderá atender um ou mais estudantes, conforme o caso (Referência Edital nº 014/2016)” (PPP, E.B.M., João Francisco Garcez, p. 101).

Portanto, podemos concluir que o PPP da instituição de ensino E.B.M. João Francisco Garcez trata da questão da EI mais especificamente quando pontua, de forma breve, o conceito de diversidade cultural. Por mais que o PPP traga essa breve discussão sobre EI, as questões sobre EE somente são tratadas no regimento escolar, quando aponta as atribuições do professor que atua no AEE. Não pontua as estratégias e as práticas utilizadas pela escola para oferta desta modalidade conjuntamente com a educação comum. Isso implica em uma abordagem incompleta e limitada da EE. Além disso, o documento não aborda de forma abrangente a questão da EI, especialmente no que diz respeito à EE.

Análise do PPP da instituição de ensino E.B.M. João Gonçalves Pinheiro

A instituição de ensino E.B.M. João Gonçalves Pinheiro fica localizada no bairro Rio Tavares, entre os bairros Campeche e Porto da Lagoa. Recebeu este nome em homenagem ao primeiro professor do bairro. A escola possui um corpo docente formado por 21 professores efetivos e 23 professores substitutos, sendo eles professores com regência de classe, professores auxiliares de ensino, professores de EE e Professores de Atendimento Educacional Especializado/PAEE. Possui 1 orientadora educacional, 1 supervisor e 1 administradora escolar, profissionais que foram

readaptados em suas funções, 6 atuam na secretaria escolar, e/ou apoio pedagógico e na biblioteca, 12 funcionários terceirizados que compõem funções de apoio, como vigilância noturna e diurna, limpeza e alimentação escolar.

Então, a partir da caracterização da escola, podemos perceber que a estrutura física, administrativa e docente contém bastante investimento e demanda muito trabalho e organização. Com isso, analisamos a última versão do PPP da instituição, que foi elaborada em 2018. Em contato com a escola para solicitação de acesso ao documento mais atual, nos relatou que o processo de reescrita do PPP está em andamento e que o PPP escrito em 2018 está disponível no portal digital da instituição.

Analisando o PPP por meio de uma visão geral da proposta pedagógica, observamos que a escola preocupa-se com a formação integral de todos os estudantes, como pontua nos objetivos específicos: “Prezar pelo acesso e a permanência de crianças e adolescentes à escolarização; Oferecer um espaço pedagógico onde todos os estudantes tenham oportunidade de participar da totalidade das atividades propostas pela escola” (PPP, E.B.M. João Gonçalves Pinheiro, p. 5).

A partir do trecho abaixo analisamos que, apesar de não colocar pontualmente o conceito de EI e nem fazer menção à ela, destaca-se a importância de permitir e valorizar a diversidade, reconhecendo-a como um direito social:

É preciso que a escola permita que se expressem as diferenças e que elas sejam consideradas e compreendidas como um direito social. Deve-se prezar pela convivência salutar entre os diferentes, de forma a educar as diversas percepções de mundo, de forma ética. Todas as atividades desenvolvidas pedagogicamente devem construir o exercício de uma prática e postura democráticas. É necessário construir os relacionamentos percebendo as diferenças de cada um, os seus anseios, possibilidades e limitações, e desenvolver o respeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em condições de dignidade. Ao enfatizar o respeito pelas diferenças e diversidade, a escola propõe o combate a todo tipo de discriminação: seja ela de cunho religioso, étnico, de gênero e cultural; ou ainda por dificuldades físicas e/ou cognitivas” (PPP, E.B. M., João Gonçalves Pinheiro, p. 10).

É necessário criar um ambiente onde a convivência entre pessoas diferentes seja saudável e que as percepções de mundo sejam educadas de forma ética. O trecho ressalta que todas as atividades pedagógicas devem promover a prática e postura democráticas, ou seja, devem incentivar a participação igualitária de todos os estudantes, respeitando suas opiniões e promovendo a tomada de decisões coletivas. Enfatiza também, a importância de construir relacionamentos considerando as diferenças individuais, incluindo anseios, possibilidades e limitações de cada estudante.

Um aspecto relevante é o combate a todas as formas de discriminação, seja ela baseada em questões religiosas, étnicas, de gênero, culturais ou relacionadas a dificuldades físicas e cognitivas. A escola é vista como um espaço para promover a igualdade, o respeito e a valorização da diversidade. Em resumo, o trecho analisado destaca a importância de uma escola que acolha e respeite as diferenças, promovendo a convivência saudável e educando para a diversidade.

O documento aborda sobre EE mais especificamente quando menciona a proposta da sala multimeios para o AEE:

A sala multimeios é o espaço da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os(as) alunos(as) com deficiência que frequentam as unidades que fazem parte desse polo de abrangência. É nesse espaço que ficam um conjunto de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógico, recursos de acessibilidade para o atendimento dos(as) alunos(as) que são público alvo da Educação Especial e que necessitam do AEE no contra turno escolar. São público alvo da Educação Especial: alunos(as) cegos, com baixa visão, surdos, surdos-cegos, com deficiência intelectual, deficiência

física, Transtornos do espectro Autista - TEA e com Altas Habilidades. “O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros. É também nesse espaço que pode acontecer as orientações para pais e/ou responsáveis desses alunos(as), para os(as) professores(as) do ensino regular, professores(as) auxiliares de Educação Especial e professores(as) intérpretes de LIBRAS (PPP, E.B.M. João Gonçalves Pinheiro, p. 18).

A sala multimeios faz parte da estrutura física da instituição, porém não faz parte da gestão pedagógica, isso porque a sala multimeios responde diretamente a Gerência Regional de Educação da Grande Florianópolis/GERED.

Concluimos que, a instituição de ensino elaborou um PPP voltado para uma gestão democrática, entretanto, trata das questões de inclusão escolar dos estudantes com deficiência muito superficialmente, indicando a organização, o funcionamento e a quem se destina o espaço da sala multimeios, mas não descreve de forma pontual as estratégias utilizadas na dinâmica escolar.

Análise da Instituição de Ensino E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes

A instituição de ensino E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes, está localizada no bairro Campeche, entre os bairros Rio Tavares e Morro das Pedras. Foi fundada em 28 de julho de 1945 e passou a categoria de escola básica em 1984. Nos objetivos gerais do PPP da instituição apresenta-se: “Trabalhar pela inclusão de todos os estudantes no espaço escolar, prioritariamente dos estudantes público-alvo da educação especial” (PPP, E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes, p. 12).

A instituição também conta com um polo de EE, onde há na estrutura física uma sala multimeios. Como dito anteriormente, a sala multimeios é administrada pela equipe da GERED. No documento apresenta de forma detalhada o que é e como é a sala multimeios:

A escola oferece a modalidade Educação Especial, garantindo as condições de o aluno com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/ Superdotação, frequentar a escola com a qualidade e as condições de acesso ao conhecimento formal. A Educação Especial é complementar ou suplementar à formação dos estudantes, perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus estudantes serviços, recursos e estratégias de acessibilidades ao ambiente e aos conhecimentos escolares, através da Sala Multimeios. As salas Multimeios (nomenclatura adotada pela Rede Municipal de Ensino de Florianópolis) são espaços localizados nas escolas públicas de educação básica onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Essas salas são constituídas de materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade

que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. (PPP, E.B M. Brigadeiro Eduardo Gomes, p. 30).

Coloca também as atribuições do professor especializado que trabalha nesta sala e a relação deste com os PAEEs da instituição:

O professor da sala Multimeios, tem como função planejar e executar ações baseadas nas especificidades, possibilidades e habilidades dos estudantes público- alvo da Educação Especial. Ainda abrangendo os serviços da Educação Especial, há o serviço do/a professor/a auxiliar de Educação Especial (PAEE), que acompanha e auxilia nas atividades de locomoção, higiene pessoal, alimentação e acessibilidade dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) quando necessário e mediante avaliação técnica. O professor auxiliar de Educação Especial deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da Educação Especial, tanto de sala de aula comum, como da sala Multimeios, procurando garantir da melhor forma possível seu processo de aprendizagem. (PPP, E.B M. Brigadeiro Eduardo Gomes, p. 31).

Com isso, menciona os objetivos da EE na instituição, sendo a única escola que apresenta em seu PPP os objetivos a serem alcançados desta modalidade:

Propiciar condições em caráter complementar e/ou suplementar, possibilitando o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial, colaborando na construção do seu aprendizado, por meio de recursos e de estratégias que garantam o processo de escolarização; Elaborar planos de atendimento no AEE, identificando as necessidades educacionais específicas de cada estudante, definindo recursos que visam complementar e/ou suplementar o processo de escolarização dos estudantes; Proporcionar enriquecimento curricular aos estudantes público alvo da educação especial, utilizando-se da flexibilização, antecipação, ampliação do currículo; Promover a autonomia social e intelectual dos estudantes por meio de ações pedagógicas; Contribuir no apoio pedagógico aos docentes em assuntos referentes à Educação Especial no processo de escolarização dos estudantes; Promover trocas de experiências e de saberes, bem como, informar e orientar os pais, professores e demais profissionais envolvidos sobre o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais, em especial sobre o processo ensino-aprendizagem. Estabelecer articulação com os professores da classe comum de cada estudante que é público alvo da Educação Especial por meio de reuniões. Estabelecer articulação com a equipe pedagógica na busca de estratégias que contribuam com o processo ensino-aprendizagem de todos os alunos. Participar de reuniões de planejamentos coletivos; Participar dos colegiados de classe; Envolver-se com as ações coletivas da escola; Realizar AEE investigado nos casos de estudantes que não tem diagnóstico (professoras Sala Multimeios) Realizar observações em sala de aula dos casos com indicativos de ser público alvo da educação especial (professoras Sala Multimeios). (PPP, E.B M. Brigadeiro Eduardo Gomes, p. 33).

Com base nos documentos que analisamos, podemos inferir que um “sistema educacional inclusivo” é aquele que assegura o acesso às instituições de ensino em todas as modalidades e

níveis, garantindo o acesso e a permanência de todo e qualquer estudante. Em relação à EE, é importante destacar a oferta do AEE sempre que houver estudantes com deficiência.

A Educação Especial é muito mais do que o aluno com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação estar na rede regular de ensino. Percebe-se que há necessidade da redefinição dos modelos das práticas pedagógicas, a formação continuada e o trabalho colaborativo, para que estes fatores possam contribuir para a qualidade educacional desses alunos, fazendo com que eles tenham acesso ao currículo escolar de forma igualitária. (PPP, E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes, p. 33).

Conclui-se que, a instituição educacional apresenta uma proposta pedagógica com foco na EE. Isso é evidenciado pela forma específica como são mencionados os objetivos e o funcionamento da sala multimeios, indicando um direcionamento evidente para atender às necessidades dos estudantes com deficiências. Essa abordagem mais voltada para a EE demonstra um comprometimento da instituição em oferecer recursos e estratégias

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão não deve se limitar apenas à EE. É fundamental que a escola adote uma abordagem inclusiva ampla, que considere todas as formas de diversidade e garanta a participação plena de todos os estudantes.

Considerações Finais

As escolas selecionadas apresentam em seus PPPS, propostas pedagógicas que valorizam a qualidade do ensino, com a formação integral e o pleno exercício da cidadania dos estudantes. Possui ações voltadas a garantia de acesso, a permanência e a oferta de um ensino de qualidade para todos, sem discriminação. Entretanto, em algumas delas não há ações específicas voltadas à inclusão escolar, pois trata dessas questões de forma geral e aponta descrições de organização e funcionamento das salas multimeios ou de AEE, colocando a EI como sinônimo da EE. Enquanto as escolas E.B.M. João Francisco Garcez e E.B.M. João Francisco Garcez e E.B.M. João Gonçalves Pinheiro apontam a EI de forma mais amplificada, na perspectiva da diferença humana e da diversidade cultural, trazendo apontamentos breves quanto ao conceito de EI, e a escola E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes coloca a EE como sinônimo da EI, quando traz a concepção e organização da sala multimeios como estratégias de inclusão.

Além disso, a superficialidade no tratamento da EI e da EE dentro do PPP é uma questão que merece uma análise cuidadosa por parte da equipe pedagógica e da comunidade escolar. Embora, essas áreas sejam fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, na maioria das vezes são abordadas de maneira superficial, insuficiente e interpretadas como sinônimos. A EI busca proporcionar um ambiente de aprendizagem que acolha e atenda às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas características ou condições. Já a EE viabiliza estratégias e práticas educacionais que tem como objetivo acessibilizar os conteúdos curriculares e atividades pedagógicas para que os estudantes com deficiência possam alcançar seus objetivos educacionais.

Outro aspecto importante é a ausência de uma visão abrangente e integradora da EI e da EE dentro do PPP. Na maioria das vezes, essas áreas são tratadas de forma isolada, como se fossem realidades distintas, quando na verdade devem ser complementares e interligadas. A EI não se resume apenas a colocar estudantes com deficiência nas salas de aula comuns, mas implica em repensar todo o sistema educacional e promover mudanças estruturais e pedagógicas. Para superar a superficialidade na abordagem da EI e EE no PPP, é fundamental investir em formação contínua para os professores, oferecer recursos e suportes adequados, promover a conscientização e a sensibilização de toda a comunidade escolar e desenvolver uma visão integrada e abrangente dessas temáticas.

Então, é fundamental direcionar esforços para desenvolver abordagens e criar instrumentos que possam lidar com as questões estruturais relacionadas à inclusão escolar de estudantes com

deficiência. Além disso, é necessário construir estratégias de enfrentamento que visem minimizar os diversos problemas que surgem no contexto da inclusão escolar. Para abordar as questões estruturais da inclusão escolar, é preciso pensar em ações que promovam mudanças efetivas no ambiente educacional.

Contudo, é importante construir estratégias de enfrentamento para lidar com os desafios e problemas que podem surgir no processo de inclusão escolar. Envolve a criação de espaços de diálogo e reflexão entre os diferentes atores envolvidos, como estudantes, professores e familiares para a construção de um PPP que viabilize propostas pedagógicas voltadas à inclusão escolar. A inclusão escolar é um processo complexo e desafiador, e requer um trabalho conjunto e articulado.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. MEC, livro 1, Brasília, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial**. MEC, São Paulo, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FLORIANÓPOLIS. E.B.M. João Gonçalves Pinheiros. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP: CONSTRUINDO ATITUDES SUSTENTÁVEIS**. Florianópolis, 2018.

FLORIANÓPOLIS. E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP**. Florianópolis, 2021.

FLORIANÓPOLIS. E.B.M. João Francisco Garcez. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP: UMA PERSPECTIVA POLÍTICA, DEMOCRÁTICA E EDUCACIONAL**. Florianópolis, 2022.

FERRARESI, S. **As contribuições da BNCC para uma educação inclusiva**. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, T.C.S de; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v.10, spe, 2007, apud Gil, 1994.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, v. 8, n. 26, jul./set. 2004.

PÁDUA, E. M. M. de. O processo de pesquisa. In: **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997. p. 29 – 89. (Coleção Práxis).

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Editora Papyrus, 2002.

YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2018.

Recebido em 10 de abril de 2025

Aceito em 13 de maio de 2025